

Juiz suspende despejo de Carapina

Fotos de Helô Sant'Anna



A planta da área ocupada foi discutida pelos invasores



Os invasores comemoraram ontem a suspensão do despejo

Apesar de ter elogiado a organização dos posseiros, o secretário de Comunicação e Articulação Social, Luiz Moulin, também considerou a vitória parcial, porque, além de depender ainda de uma decisão da Justiça, técnicos da Cohab lhe informaram que o terreno não serve para abrigar um conjunto habitacional, por se tratar de “terreno podre”.

“A região é inabitável e de difícil construção por se tratar de um mangue”, disse ele, explicando que, para ser aproveitada, a área precisa ser aterrada em mais de dois metros. “Sem o aterro, é impossível construir toda a infra-estrutura necessária para o assentamento de todas estas famílias”, continuou.

Tensão

O secretário, porém, reconheceu que a carência de habitação é um dos problemas sociais mais prementes do Estado. Contou que também o governador Max Mauro está bastante preocupado com a questão e pretende conseguir sensibilizar o Governo Federal vi-

sando a liberação de recursos para o setor. Luiz Moulin garantiu que a Secart permanecerá em contato com a comunidade — passando estes momentos de tensão — e será discutida e estudada uma solução de moradia para estas famílias.

Desde as sete horas da manhã os invasores e as comunidades de apoio — Federação das Associações de Bairros, Comissão de Justiça e Paz da Diocese de Vitória, Associação Capixaba dos Mutuários — aguardaram no local da invasão, juntamente com o padre Gígio, da paróquia de Carapina, e os deputados Vitor Buaiz e João Carlos Coser, uma decisão da Justiça sobre se deveriam ou não abandonar o local. Às 12h30m chegou um oficial de Justiça do cartório da Serra para proceder à desocupação do terreno. Cerca de 10 empregados do pretense dono da propriedade, Antônio Sanches Galeano, visivelmente armados — conforme relato dos invasores e confirmação do secretário de Comunicação —, impe-

diram a entrada da imprensa e de outros membros da comunidade.

Foi tentada uma negociação com o oficial de Justiça e os policiais pelos membros das entidades presentes, conseguindo assim ganhar tempo até a chegada da notícia da concessão do mandato de segurança pelo Tribunal de Justiça. A reunião dos moradores continuou e várias autoridades presentes exprimiram sua solidariedade ao movimento, tendo o assessor de Comunicação social da Polícia Militar, Coronel Carlos Magno Nogueira, prometido que a polícia somente interferirá em “Raízes da Serra” para zelar pela segurança dos moradores.

Felizes, os invasores passaram o resto da tarde comemorando a vitória. Muitos deles, inclusive, dedicaram-se longo tempo discutindo sobre qual seria o santo padroeiro do bairro, numa disputa acirrada entre São João protetor da paróquia da Serra — e São João, nome do presidente da comissão posseiros.